



9, 10 e 11 de Setembro 2020
Ualada do Ribatejo

A Agroglobal está de volta...
...e faz a análise do estado da nação agrícola



3 Editorial

4 Notícias

Opinião- O estado da nação agrícola

5 Eduardo Oliveira e Sousa

6 Paulo Portas

7 João Coimbra

8 Arlindo Cunha

10 Pedro Santos

12 José Martino

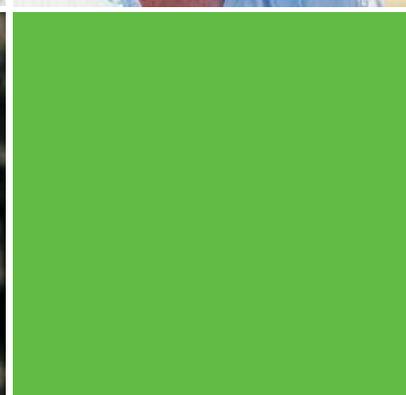
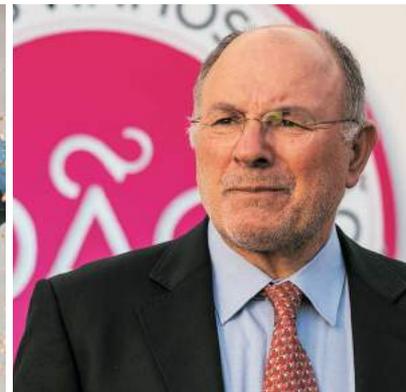
14 Francisco Gomes da Silva

15 Fernando Carpinteiro Albino

16 Henk Feith

18 Henrique Pereira dos Santos

19 António Gonçalves Ferreira



Propriedade: Agroglobal

Secretariado: Alexandra Diogo | Tel: 243 351 798 | geral@agroglobal.com.pt ou valinveste@valinveste.pt

Coordenação Editorial: Nélia Silva | geral@comunicland.pt

Design Gráfico: MI design | geral.miguelinacio@gmail.com

Website: <http://www.agroglobal.pt/>



NÃO VAMOS BAIXAR A GUARDA

O nosso setor agrícola produz bens essenciais de uma forma segura e amiga do ambiente.

Em contracido com muitas outras atividades económicas, tem sido nos últimos anos um exemplo de investimento e modernização

Contribui para um país mais ordenado e coeso territorialmente e também mais equilibrado no plano económico, social e ambiental.

Não desperdiça água! Utiliza-a e devolve-a purificada ao seu ciclo.

Está na primeira linha do sequestro de CO₂ e da reciclagem de resíduos.

Deita mão das mais modernas tecnologias, potenciando o conhecimento de gerações de agricultores E conseguindo níveis de eficiência mais elevados.

Mas temos tanto para fazer!

Encher o país de “Alquevas” e outros regadios, grandes, pequenos, médios, evitando desperdícios. Na região mediterrânica a água é o denominador comum de uma agricultura competitiva ao valorizar o nosso maior recurso natural, a radiação solar.

Apoiar o mais possível a agricultura nas zonas desfavorecidas porque, já o dissemos, o conjunto de funções que desempenha confere-lhe uma importância que ultrapassa em muito os resultados económicos diretos.

Defender e ordenar uma floresta produtiva cujos produtos rep esentam cerca de 10% em valor das exportações portuguesas.

Motivar organismos públicos nacionais e europeus, pois o seu desempenho rápido, construtivo e pragmático é decisivo para o progresso da nossa atividade.

Aproximar comunidade científica e setor produtivo para a utilização de novas “ferramentas” que permitam incluir cada vez mais parcelas agrícolas em “zona” de mercado.

Valorizar a marca “Portugal” e avançar mais na cadeia de valor agroflorestal.

Comunicar tudo isto a uma opinião pública “intoxicada” por quem pouco sabe do setor - e não está interessado em saber –, utilizando meios que lhe são colocados ao dispor de forma desproporcionada.

Mãos à obra!

Exatamente a um ano da **Agroglobal 2020** aqui estamos, com o entusiasmo de sempre, para conjuntamente com os nossos expositores, contribuímos para uma melhor agricultura.

Negócios, inovação e debate num ritmo dinâmico são a nossa “visão”.

O debate começa já nesta edição especial da Agroglobal News. Para nós o espírito Agroglobal está sempre presente, sendo o ponto alto a **9, 10 e 11 de Setembro em Valada do Ribatejo**.



Novo estacionamento com 10 hectares e entrada direta na EN

Nas duas últimas edições da Agroglobal as condições de aparcamento de automóveis revelaram alguns constrangimentos.

Por um lado, estamos em pleno campo e, por outro, foi enorme a afluência de expositores e visitantes. Por ser resultado desta adesão e do interesse que desperta a Agroglobal é um “bom” problema, mas parecia de difícil solução.

Com a colaboração da família Sabino Goncalves – cavaleiros de obstáculos reconhecidos internacionalmente – vai ser possível dispor do parque assinalado na foto com 10 hectares e entrada direta da estrada nacional.

No interior deste parque, para evitar grandes caminhadas (embora saudáveis), haverá os habituais veículos de transporte.

Patrocinadores Agroglobal





Opinião

Temos um grande desafio por diante: a comunicação

Por: Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal

Situação atual do setor agrícola

Analiso esta questão a dois níveis: internacional e nacional. (i) enquanto a nível internacional o bloco europeu se debate com um mercado mundial globalizado, com regras comerciais por vezes muito agressivas, internamente a UE debate-se com o Brexit e políticas cada vez mais exigentes em termos de defesa do ambiente e de satisfação de um consumidor que, sucessivamente, mas nem sempre coerentemente, altera comportamentos e preferências. (ii) a acrescentar, a nível nacional o setor vive um dilema: 1) as alterações climáticas vão obrigar a uma evolução que, no entender de políticos menos informados, julgam incompatível com valores de sustentabilidade, como no caso da necessária intensificação do regadio; 2) a “nova” PAC não é ainda conhecida e as opções que o País vai poder eleger não são também ainda do conhecimento do setor. Neste contexto, o setor agrícola vive um momento de incerteza pouco tranquilizador, muito exigente na análise dos cenários que venham a surgir do processo de transição em curso.

Caminhos e perspetivas futuras

A agricultura mundial tem pela frente um enorme desafio. A população vai aumentar e a produção vai ter de assegurar a procura. Sem especular sobre mudanças comportamentais, como sejam as novas formas de alimentação, como no caso dos insectos, o facto é que será necessário produzir mais. A solução passa por maior intensificação, mais tecnologia e melhor utilização de recursos. Nem sempre é fácil abordar estes temas com uma sociedade que quase se recusa a discuti-los, mas o mundo não vai esperar e as mudanças e acelerações vão mesmo verificar-se. Aqui, como no velho ditado... “candeia que vai adiante, alumia duas vezes”. Seria bom que o bom

senso imperasse quando se pretendem discutir estas matérias. Temas como a biotecnologia, mais armazenamento de água para potenciar a rega em regiões onde até hoje o regadio quase não tem expressão, assegurar a potencialidade das regiões mais produtivas, agricultura de precisão e agricultores melhor munidos de instrumentos tecnológicos e de acesso a capital, são matérias que justificam a criação de uma visão estratégica para o setor agro, pecuário e florestal, numa perspectiva de longo prazo, continuidade e sustentabilidade.

Perceção da Sociedade sobre a Agricultura

Informação deturpada, manipulada, má informação, e até desinformação, estarão, muito provavelmente, na origem de uma percepção errada que nos últimos tempos tem rodeado o setor no seu conjunto. São questões mal equacionadas como o bem-estar animal, a floresta e a sua gestão, a defesa do ambiente ou o “exagero” no uso de recursos como o solo e a água, a emissão de gases com efeitos de estufa e os objetivos da neutralidade carbónica, o “pavor” de tudo o que possa ser entendido como modificação genética, entre outros temas que diariamente alimentam redes sociais com “conclusões e provas do mau que é o setor agrícola para o planeta”. A sociedade actual preocupa-se pouco em querer saber. Julga, porque ouviu ou leu, mas não perde um segundo a aprofundar o que quer que seja. Com a velocidade com que tudo corre na “rede” é fácil criar um clima de desconfiança e insegurança, que todos atinge, a começar pelos próprios, sem saberem o que pensar, o que preferir ou o que defender. Importa inverter este caminho, evitando discrepâncias e falta de serenidade que prejudicam escolhas e opções sensatas, potenciando o crescimento e o progresso. Temos um grande desafio por diante, a comunicação.



Opinião

Uma visão útil e moderna do mundo rural

Por: Paulo Portas, comentarista político, ex-líder do CDS

Situação atual do setor agrícola

Do ponto de vista das políticas públicas, já vi dias melhores. Também já vi dias piores. Dar peso político ao setor agro parece-me uma necessidade estrutural e permanente. Em geral, o futuro da agricultura é produzir mais com menos recursos e sempre com o cuidado ambiental de quem sabe que o seu sustento depende do solo, da água, do sol e do ar. São necessárias políticas de mitigação das alterações climáticas para que seja possível continuar a ser agricultor.

Caminhos e perspetivas futuras

Não desistir da terra, favorecer as empresas agrícolas e não deixar de cuidar da agricultura de subsistência. Colocar os problemas como eles são: precisamos de explorações agrícolas com dimensão, investimento e rentabilidade; e terras em comércio e não abandonadas. Continuar a dar valor acrescentado ao que produzimos, desenvolver consistentemente marcas e internacionalizar sempre que possível. Fazer o longo caminho para uma balança comercial mais sustentável. Racionalizar os custos dos fatores de produção, aproveitar a nosso favor a inovação, a tecnologia e a inteligência artificial aplicadas. Dar atenção ao ensino e olhar pelo recrutamento de quadros com qualidade para o Ministério.

Visão da Sociedade sobre a Agricultura

A perceção da sociedade portuguesa sobre o mundo rural mudou muito, e mudou para melhor. Iniciativas como a Agroglobal mostram, aliás, o melhor de uma economia agrária competitiva, com dimensão, internacionalização e gestão profissional. Olhando para todas as componentes do mundo rural, mais de 20% das exportações portuguesas nascem no campo e vivem do campo. O setor empresarial da agricultura é uma espécie de “navio emblema” do mundo rural que, no entanto, ainda mantém uma dimensão de subsistência, o que é social e politicamente relevante. Alguns factores contemporâneos fazem renascer, mesmo para olhares desatentos, o carácter crítico do setor agrícola: os impactos das alterações climáticas e da transição energética, e a vulnerabilidade aos fogos florestais, revelam como é decisivo evoluir no povoamento do território, na propriedade rentável da terra, na gestão da água ou na produção de energias mais limpas, só para citar alguns exemplos. Tudo factores a somar numa visão útil e moderna do mundo rural.



Opinião

A digitalização dos processos de decisão

Por: João Coimbra, agricultor e blogger

Ouvimos dizer que estamos em grandes mudanças que vão deixar muitos para trás, e cujo ritmo da alteração a maioria não vai aguentar, não vai resistir.

Mudanças do ciclo económico, mudanças de geração, mudanças de regras nacionais, mudanças de quadro comunitário, mudanças de ciclos políticos, mudanças climáticas ... tudo está em mudança e mudança muito rápida.

É esse o mote: mudança ... mudar qualquer coisa. Mas será que nos estão a mudar a cabeça, ou estão mesmo a mudar as coisas, os fundamentos?

Penso que os fundamentos não mudam, assim vejo a nossa agricultura, são as mesmas lutas que os nossos pais tiveram, sempre ouvi isto. Então o que é que temos de novo? **O ritmo.** O ritmo da mudança é que está a acelerar. O que mudava numa geração, muda agora numa década e o que mudava numa década muda agora num ano ou dois. Até quando é que vamos acelerar os ciclos de mudança?

Como vamos acompanhar esta fase de aceleração? **Com a digitalização dos processos de decisão.** É através desta capacidade de medir os fatores que nos rodeiam, de relacionar os dados que influenciam as nossas produções, a forma de otimizar os fatores de produção e a redução dos vários impactos da nossa atividade. Só assim penso que temos alguma hipótese de nos tornar resilientes a esta aceleração.

Através de novas formas de apoio à decisão, modelos que nos ajudam a adaptar as necessidades das culturas (e dos consumidores) ao potencial dos nossos solos e às alterações bruscas do clima, vamos desenvolver uma agricultura mais inteligente que se torna mais amiga do ambiente e da "carteira".

Também ao nível do mercado só caminhando para uma agricultura a pedido "on demand", encurtando as cadeias, diminuindo a pegada ambiental, aumentando a rastreabilidade, podemos ultrapassar as nossas fragilidades fundiárias e edafoclimáticas.

Tudo isto terá de ter um resultado económico que permeia os mais sustentáveis. O mercado irá reconhecer, no futuro, os modelos que sejam mais responsáveis e tenham, associada à produção de alimentos e fibras, uma produção de serviços do ecossistema - só assim a sociedade vai aceitar continuar a apoiar política e economicamente o nosso setor.

Se não fizermos este caminho outros viram faze-lo em nosso lugar.



Opinião

A agricultura e as florestas gerem 90% do nosso território

Por: Arlindo Cunha, Economista, professor da Universidade Católica-Porto e ex-Ministro da Agricultura

A agricultura portuguesa fez um importante percurso de modernização desde a adesão à C.E.E., tendo desiludido os velhos do Restelo que desde o início já lhe cantavam orações fúnebres...

Revelou uma notável capacidade de resiliência no ajustamento a um quadro competitivo a que não estava habituada.

Foi um percurso em que o sucesso andou de mão dada com o sofrimento e em que muitos ficaram pelo caminho.

Os anos da crise económica (2010-2014) vieram revelar que a agricultura e as florestas são um pilar incontornável da nossa economia, tendo dado um contributo considerável ao país, especialmente em termos da balança comercial.

O Valor Acrescentado (VAB) do chamado Complexo Agroflorestal (CAF)¹ representa atualmente 5% do Produto Interno Bruto nacional, 14% do emprego, 13% das exportações e 15% das importações².

Porém, se detalharmos um pouco mais a análise dos dados, focando o período de 2000 a 2017, verificamos que (a preços constantes de 2011):

- O VAB do CAF teve uma evolução modesta, com uma taxa média de crescimento anual (TMCA) de 0,2% - metade da taxa homóloga de crescimento do PIB;
- O CAF apresenta um défice externo de 1.600 milhões de euros, mas importa lembrar que tal se deve a um saldo positivo de 1.900 milhões do setor florestal, porque o setor agropecuário só por si tem um défice de 3.500 milhões (valores de 2017).
- E importa ainda anotar que a situação se tem vindo a agravar desde 2014, tendo-se o défice agravado em 64% desde então.
- A produção agropecuária cresceu a uma taxa de 0,7% ao ano, enquanto que a dos consumos intermédios (que incluem fatores de produção, equipamentos e serviços agrícolas) cresceu a 1,2%;
- Consequentemente, o VAB da Agricultura, correspondente ao valor da componente de produção (sem transformação e deduzidos os intermédios), teve uma variação negativa de -0,3% ao ano no mesmo período.

¹ VAB do CAF= [VAB do Complexo Agroalimentar (=VAB Agricultura+VAB IABT-Indústrias Agroalimentares, Bebidas e Tabaco) + VAB do Complexo Florestal (=VAB Silvicultura+ VAB das Indústrias Florestais)]

² Dados do GPP, extraídos em 2019.07.04 de: http://www.gpp.pt/images/Agricultura/Estatisticas_e_Analises/Indicadores_CAF/IndicadCAF_EstatProdConsVAB_Clmaj2018.pdf; e de GPP (2017) Panorama do Complexo Agroflorestal-documento síntese dos principais indicadores.

Importa, assim, criar condições para que a agricultura portuguesa possa continuar o seu percurso de melhoria de competitividade e do rendimento dos produtores, dando simultaneamente um contributo positivo para o crescimento económico e a balança de pagamentos, a sustentabilidade ambiental, o ordenamento e o desenvolvimento dos territórios rurais.

Para que tal seja possível, precisamos de uma política agrícola que disponha de recursos e instrumentos adequados para, designadamente, apoiar:

- O investimento produtivo nas explorações, incluindo a florestação de zonas de matos e incultos;
- A instalação de jovens agricultores, num quadro de monitorização e acompanhamento dos projetos de primeira instalação;
- A armazenagem de águas superficiais, o aumento das áreas regadas, a melhoria dos regadios existentes e o uso racional da água;
- A criação de um sólido sistema de serviços de aconselhamento baseado nas Organizações Agrícolas, visando proporcionar um adequado apoio técnico e de gestão, incluindo informação sobre mercados e comercialização, acesso às novas tecnologias e, em geral, aos contributos da investigação e experimentação;
- Uma rede de comercialização dos produtos, assente nas Organizações de Produtores e na reestruturação das Cooperativas, no quadro de uma estratégia de melhoria da posição dos produtores na cadeia de valor.

A agricultura e as florestas gerem 90% do nosso território, são responsáveis por grande parte da gestão do ciclo da água, pelo sequestro de carbono, pela biodiversidade e pela preservação do ambiente e das paisagens que nos identificam enquanto país.

São o principal esteio das economias das áreas rurais, pelo efeito multiplicador a montante e a jusante da produção: nos fatores de produção, no comércio, na transformação, turismo, gastronomia, paisagens ou tradições.

Para além do seu contributo para o equilíbrio e coesão territorial, a agricultura desempenha a função vital de produzir alimentos, que se pretendem sejam de qualidade, seguros para a saúde pública e produzidos em sistemas agroambientais sustentáveis. Constitui, assim, uma das bases da soberania nacional, além de promover a biodiversidade e a conservação da natureza.

Por tais razões constitui um imperativo de cidadania que todos os portugueses, tenham consciência da importância vital da agricultura e do mundo rural para o equilíbrio, bem-estar e progresso da nossa sociedade.

Este deve ser, em nossa opinião, o ponto de partida de uma estratégia comunicação com a nossa sociedade e que deveria passar por uma disciplina de educação cívica nas escolas.

Uma educação cívica cientificamente objetiva e isenta de preconceitos ideológicos, em que se ensinem as verdades do ciclo da natureza, da importância da agricultura e das florestas para o equilíbrio da vida e não histórias da carochinha sobre os animais e a natureza, como se estas fossem preservadas sem o trabalho, o investimento e o risco dos agricultores e dos produtores florestais!





Conhecimento, comunicação e renovação geracional

Por: Pedro Santos, diretor-geral Consulair

Situação Atual da Agricultura Portuguesa

O setor agrícola e florestal, considerando as agro-indústrias associadas, representa 14% do emprego, 12,9% das exportações e 15,2% das importações, o que demonstra bem a sua importância económica e social. O setor agrícola tem sido responsável por um nível de investimento anual superior a 1.000 milhões de euros, tendo crescido de forma constante mesmo quando o investimento total nacional decresceu mais de 40%.

A agricultura e as florestas “gerem” mais de 80% do território nacional e são, por isso mesmo, as principais atividades capazes de fixar pessoas no território e de promover o aumento de riqueza em muitas regiões.

No entanto, ainda é um setor que cria pouco valor (o VAB tem-se mantido relativamente constante nos últimos 20 anos) apesar do enorme crescimento da produtividade do trabalho, como resultado de uma redução para quase metade das pessoas do setor nas duas últimas décadas.

Apesar de todas as dificuldades, e de por vezes as pessoas do setor não valorizarem tanto, a agricultura nacional tem-se transformado bastante. A reboque dos impactos do Alqueva, que permitiu dar escala a muitos projetos e demonstrou que era possível dar mais competitividade a muitos setores e muitos territórios, temos assistido a uma revolução tecnológica e uma revolução de mentalidades.

A revolução tecnológica reflete-se numa maior “vulgarização” na utilização de novas tecnologias e na digitalização da informação, tornando mais acessíveis dados ao produtor, trazendo mais ciência e mais agronomia para a produção, possibilitando o aparecimento de novos prestadores de serviços e possibilitando a atração de novos talentos ao setor.

A revolução de mentalidades tem sido, a meu ver, a mais marcante. A agricultura nacional descomplexou-se. Passámos a olhar para outras geografias e a ser capazes de trazer o melhor conhecimento para as nossas explorações. Passámos a olhar para novos mercados e arriscar a explorá-los. Passámos a perceber que podemos criar valor se estivermos organizados e se apostarmos em fazer melhor e/ou diferente. Passámos a deixar de pensar pequeno e focados nas nossas dificuldades, para pensarmos de forma global e mais ousada.

Tenho o privilégio de estar a assistir a essa revolução de mãos dadas com muitos dos melhores promotores de projetos no terreno. Sei que estamos longe de aproveitarmos o nosso potencial, mas os recentes bons exemplos permitem vislumbrar um futuro promissor.

Há uma relação com o turismo e com a gastronomia que está longe de estar explorada. Há novos desafios na gestão florestal. Há territórios que ainda estão longe de aproveitar todo o seu potencial. Não tenho dúvidas que os próximos anos serão de continuação de forte investimento, de atração de novos investidores e de consolidação de negócios com escala e com capacidade de criar valor na diferenciação.

Estamos num bom momento.

Quais as prioridades futuras

As prioridades do país, a curto prazo, devem focar-se em conseguirmos uma negociação da Política Agrícola Comum que permita mantermos um nível de apoio ao investimento idêntico ao do passado recente. Não porque acredite que tenham de existir apoios para a modernização da agricultura, mas porque acredito que a redução desses apoios seja um sinal negativo para a tal revolução que está a acontecer e não acredito que a redução dos apoios comunitários possa ser compensada por aumento da

contribuição do Orçamento do Estado e porque não existem formas alternativas de financiamento ao setor.

Devemos, em breve, discutir modelos alternativos de financiamento do investimento que permita o aparecimento de novas formas de apoiar projetos para além dos apoios públicos e das instituições bancárias.

No entanto, para além do investimento – que considero central no futuro do setor – identifico 3 prioridades: conhecimento, comunicação e renovação geracional.

Ao nível do conhecimento há que encontrar um modelo de parceria que permita um envolvimento virtuoso entre a academia, os fornecedores, os produtores e o mercado. O modelo dos “Grupos Operacionais”, com maior enfoque em resultados (e não em controlo de despesas) e em impactos no mercado, pode e deve ser explorado. Devem ser promovidos modelos de interprofissionalização dos setores para que a partilha entre as partes interessadas em cada setor permita definir prioridades de I&D, de prioridades de projetos e conhecimento de mercados, entre outras.

Na comunicação está muito por explorar. Na maior parte das vezes, falamos para dentro do setor e temos muita dificuldade em passar a mensagem para quem está fora. Temos tantos, e bons, exemplos para mostrar. É frequente dizemos que temos pouco peso político e que representamos cada vez menos votos, mas esquecemo-nos que, se falarmos no complexo agro-alimentar, “somos” 14% do emprego em Portugal, 6% do PIB do país e 80% do território. Mas, vamos ter de ser nós a procurar valorizar isso e dar voz ao mundo rural.

A capacidade de atrair novas gerações para o negócio é fundamental. Portugal é dos países europeus com a sua população agrícola mais envelhecida, com uma idade média superior a 65 anos e menos de 3% da população com menos de 35 anos. O setor primário tem de ser atrativo para novos talentos e tem de ser atrativo para as populações locais. É nesta área que as políticas públicas podem fazer diferença. O modelo atual de apoio aos jovens agricultores não tem gerado os resultados desejados, pelo que é necessário passar a valorizar mais aqueles que integram estruturas de agregação da produção e para aqueles que dinamizam outras atividades não agrícolas em meio rural. Mas, essencialmente, devemos ser capazes de criar um “clima de negócios” em que as empresas sejam mais rentáveis e possam ser atrativas para uma nova geração.

A forma como a sociedade vê a “nação” agrícola

Aqui está um grande desafio. A urbanização é uma tendência inevitável a nível mundial e que se tem acentuado de forma muito marcada em Portugal, sobretudo na dicotomia litoral/interior. Há uma população urbana que olha para o mundo rural como quem olha para outro país ou para outra dimensão.

E é esta população urbana que concentra a atenção dos políticos, dos jornalistas, dos bloggers, das redes sociais, das televisões, dos jornais, das notícias, ou seja, da sociedade.

As novas gerações têm preocupações “urbanas” sem raízes rurais. Cada vez mais há famílias sem ligação “à terra”, que olham para o mundo rural como uma paisagem que deve ser protegida para as suas férias ou os seus passeios.

Por desconhecimento, por egoísmo ou por preguiça, não querem saber das preocupações dos agricultores. Não querem saber do regadio, porque acham que é negativo. Não querem saber das pragas e doenças, porque acham que os fitofármacos são venenos. Querem ter produtos frescos, baratos, bons e disponíveis a qualquer hora. Mas são sensíveis à origem, aos impactos ambientais e aos impactos sociais, se não forem muito mais caros.

A tendência natural dos “rurais” é considerar esta forma de pensar completamente tonta e achar que os “urbanos” é que têm de perceber as preocupações de quem produz. Mas a solução é perceber, e aceitar, esse paradigma e procurar inverter a perceção destes consumidores. Não é fácil, não é nada fácil e vai demorar muito tempo.

Não devemos permitir que os manuais escolares refiram a agricultura como uma atividade poluente. Temos de cativar as escolas a visitarem as explorações agrícolas e verem todos os cuidados e práticas agrícolas. E temos de envolver professores e responsáveis pedagógicos para os impactos negativos dessa mensagem.

Devemos inverter a ideia de uma agricultura que só usa venenos. A mesma substância ativa usada na agricultura é um pesticida e usada nos humanos é um remédio. Falta dar a conhecer melhor a agronomia e a ciência que usamos para minimizar o uso de fitofármacos e que só os usamos quando não temos alternativa.

Devemos valorizar o que fazemos e os impactos positivos que geramos, procurando aproximar mais os urbanos do nosso mundo rural.



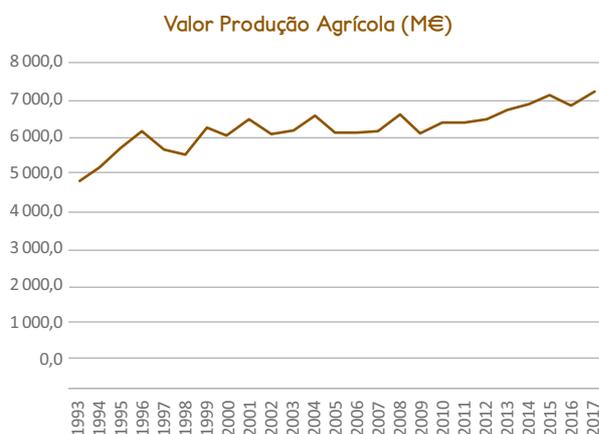
Opinião

Há muita ineficiência na aplicação das ajudas públicas à Agricultura

Por: José Martino – Empresário Agrícola, Consultor (CEO da Espaço Visual e CEO da Ruris Desenvolvimento), Blogger.

Situação atual da Agricultura Portuguesa

As agriculturas de Portugal apresentam taxa de crescimento anual de 1,64% nos últimos 25 anos, sendo esta mesma taxa de crescimento anual de 1,28% nos últimos 5 anos.

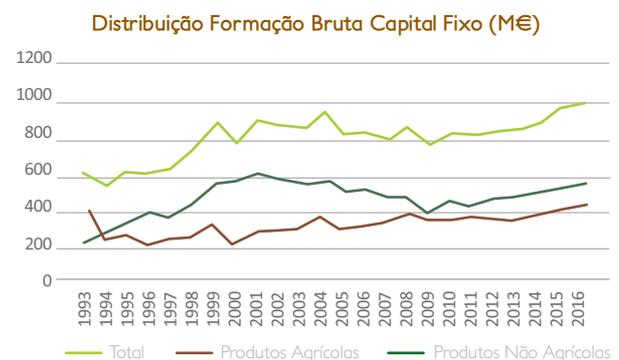


A taxa de crescimento anual do Valor Acrescentado Bruto é inferior à taxa de crescimento do Valor da Produção Agrícola para o período dos 25 anos indicados, sendo inversa a relação quando se faz a análise dos últimos 5 anos, pois neste período temporal houve desenvolvimento de culturas e produções que geraram maior valor.

	Taxa crescimento anual 1993-2017 (%)	Taxa crescimento anual (2013-2017) (%)
Valor da produção agrícola	1,64	1,28
Valor acrescentado bruto	0,8	1,62
FBCF	2,1	3,87
REL	2,6	1,7

FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo | REL – Rendimento Empresarial Líquido

Se fizermos a análise dos dados na série longa, 25 anos, face ao período temporal recente dos últimos 5 anos, verificamos que a taxa de crescimento é melhor no Valor da Produção Agrícola e no Rendimento Empresarial Líquido porque têm mais peso os excelentes resultados dos anos noventa do século passado, no restante período temporal as mudanças foram residuais. Pelo contrário, as taxas de crescimento são melhores nos últimos 5 anos no que diz respeito a Valor Acrescentado Bruto e Formação Bruta de Capital Fixo, porque nos últimos 5 anos houve mais criação de riqueza e forte incremento no investimento decorrente da crise económica e financeira de Portugal.



A relação do investimento, medido pela Formação Bruta de Capital Fixo, com o valor da produção agrícola é cerca de 1 para 7. Além disso, por cada euro de investimento há cerca de 50% de dinheiro público e a diferença é suportada por dinheiro privado.

Se juntarmos as ajudas públicas ao rendimento àquelas que apoiam o investimento atinge-se o montante anual de 1000 M€ a 1100 M€ (cerca de um sétimo do valor da produção agrícola, dinheiro dado, não se paga juros sobre ele e não tem que ser devolvido).

Aqueles que são defensores do status quo acham que os resultados obtidos pelas agriculturas de Portugal são bons porque o ponto de partida estava muito baixo, com graves deficiências estruturais que ainda se mantêm. Há outros que tentam ser ou são massa crítica, estes questionam-se se será possível fazer muito melhor, obter outros resultados com os apoios financeiros do próximo período temporal de ajudas. A interrogação crítica advém, na minha opinião, entre outros, de dois dados que em consciência deveriam fazer mexer os portugueses e os seus decisores políticos:

1. Pelo menos 20% da população portuguesa está em risco potencial de pobreza;
2. O défice da balança comercial dos produtos agrícolas e agroalimentares agravou-se em 80 M€ face a 2017 (as importações aumentaram mais que as exportações) e atingiu os 3.705,8 milhões de euros (segundo publicou recentemente o INE) e ninguém arrisca uma previsão do intervalo de tempo necessário para ser anulado.

Este montante de apoio anual de 1000 M€ num volume de negócio de 7000 M€ indica que para lá das limitações estruturais - idade avançada dos agricultores e empresários agrícolas, baixa escolaridade, deficiências de estrutura fundiária (explorações de pequena dimensão e com elevado número e parcelas), energia elétrica e combustíveis muito caros face aos países concorrentes diretos das exportações das produções agrícolas de Portugal, etc. - há muita ineficiência na aplicação das ajudas, na minha opinião, por duas causas principais, a primeira, o sistema de ajudas assenta em atribuir subsídios a tudo e a todos, sem privilegiar os setores ou fileiras mais adaptadas às nossas condições de solo e clima, e ao mesmo tempo mais competitivas no contexto internacional, a segunda, o sistema de ajudas “é cego”, não avalia a competência profissional e de gestão dos empresários ou agricultores a quem atribui os apoios.

Prioridades futuras

1- Alterar o modelo de atribuição das ajudas privilegiando quem cumpra objetivos de política que vão de encontro ao superior interesse público das agriculturas de Portugal, e.g. privilegiar o apoio à instalação de jovens empresários agrícolas (este sistema de ajudas sobrepõe-se a todas outras medidas e ações, prioridade das prioridades por ser uma reforma estrutural: abaixamento da idade média dos empresários/agricultores); aos investimentos em modos de agricultura sustentável, sobretudo nas zonas deprimidas da região Interior de Portugal; sistema de ajudas públicas que apoie investimentos em infraestruturas, melhoramentos fundiários, plantações em detrimento de máquinas e equipamentos, exceto os que estejam diretamente ligados ao regadio.

2- Investimento forte da sociedade portuguesa nas agriculturas e florestas para lá da quota parte nacional das ajudas europeias, porque geram desenvolvimento social e económico equilibrado ao longo de todo o território nacional, riqueza, participações para a segurança social e impostos. Defende-se a colocação de mais 600 M€/ano de orçamento nacional, 300 M€ para a agricultura e 300 M€ para as florestas (gestão florestal).

3- Reforma fundiária traduzida em medidas do tipo: expropriação do uso de terrenos agrícolas ou florestais abandonados ou subaproveitados, banco e/ou bolsa público de terras, “crédito tipo à habitação para compra de terra agrícola e/ou florestal” (empréstimos de muito longo prazo, a 30 a 40 anos que são atribuídos em função dos rendimentos do trabalho do agregado familiar).

4- “Fazer melhor por Portugal”: Fazer cumprir que os processos burocráticos tramitados pelo Ministério da Agricultura sejam feitos dentro dos prazos legais. Para tal, acompanhar ao nível dos gabinetes da equipa política do Ministério, de forma diária, a evolução nas diversas bases de dados, cada um dos processos. Naqueles casos que manifestamente seja impossível cumprir o prazo legal de tramitação, legislar para o alargar, o qual será compatível com os passos a dar. Na fase seguinte, estudar os processos para os desburocratizar, redução do prazo temporal de tramitação, nunca pondo em causa o cumprimento do Estado de Direito. Esta medida não exige esforço ao Orçamento de Estado.

5- Eficácia na gestão do orçamento do Ministério da Agricultura: o orçamento do Ministério da Agricultura tem algumas centenas de milhões de euros para funcionamento dos seus serviços. Alguns destes não têm, quer meios humanos, quer meios financeiros, etc. para cumprirem com eficiência e eficácia os fins para que existem ou com a evolução da sociedade mostraram não são importantes para o cumprimento do interesse público e tornaram-se obsoletos. É determinante fazer uma avaliação do estado de arte de cada serviço, cada Instituição tutelada, determinar se cumprem os seus objetivos, se têm meios para o fazer, qual o grau de prioridade da respetiva existência, etc. Com base neste trabalho será construída uma lista graduada a partir da qual será tomada a decisão política de reforçar meios (humanos, financeiros, etc.) nos serviços prioritários que o necessitassem e encerrar aqueles que não têm interesse público. Desta reforma do Estado não resultaria redução de ativos, não haveria despedimentos, nem reformas antecipadas.

Como a sociedade vê a “nação” agrícola

A sociedade vê a “nação” agrícola da mesma forma que se vê a si mesma: sem objetivos para lá do dia-a-dia, não há objetivos de médio longo prazo, com a esquizofrenia ou paranoia dentro do paradigma “nós portugueses oscilamos entre os extremos, somos os melhores do mundo ou o extremo oposto, irrelevância, não prestamos, não vale a pena fazer nada porque é a nossa cultura latina”.



Opinião

O roteiro deste “país agrícola” é o roteiro da água

Por: Francisco Gomes da Silva, Director Geral
| Managing Partner Agrogos

Situação atual do setor agrícola

Se tivesse apenas uma linha para responder a esta questão diria que o setor agrícola vai bem e recomenda-se! Quem hoje percorre o “país agrícola” não pode deixar de se espantar com o extraordinário sucesso de muitas fileiras e regiões. Com algumas raras e honrosas exceções, o roteiro deste “país agrícola” a que me refiro é o roteiro da água. O extraordinário sucesso de Alqueva, que veio dinamizar a economia e a sociedade de toda uma região que se encontrava adormecida é disso bom exemplo. Mas se seguirmos o “percurso da água”, encontramos muitos outros extraordinários exemplos. A água em conjunto com a capacidade empreendedora, a adoção das tecnologias mais modernas de produção e a capacidade de penetração nos mercados mais globais revolucionaram, de facto a agricultura nacional. Está tudo feito? Claro que não. Existe todo um “outro país agrícola”, despovoado e com menor riqueza natural, que urge incluir através de políticas de Desenvolvimento

e de Coesão. O que me parece discutível, é que possamos confundir essas políticas tão necessárias com “políticas agrícolas”.

Caminhos e perspectivas futuras

Resumidamente, aponto quatro caminhos a seguir: o caminho do regadio, o caminho das tecnologias de precisão, o caminho da sustentabilidade ambiental e o caminho da comunicação. O futuro da agricultura nacional depende muito da capacidade que tenhamos de integrar e liderar nestes quatro domínios essenciais.

Visão da Sociedade sobre a Agricultura

A sociedade portuguesa tem uma perceção de certa forma bipolar em relação ao setor. Por um lado, nunca como ao longo dos últimos 10 anos a agricultura foi tão sexy aos olhos da sociedade. Desde a crise alimentar de 2008, e da crise financeira que se lhe seguiu poucos anos depois, que ficou claro aos olhos de quase todos que a alimentação não “nasce” nas prateleiras do supermercado e muito menos é algo que possamos dar como garantido. Os agricultores passaram a ser olhados com mais respeito e interesse pela sociedade civil, o setor financeiro elegeu-os como um alvo apetecível (não há banco que se preze que não tenha instituído uma distinção para projetos agrícolas), as grandes cadeias de distribuição alimentar guerreiam-se entre si para anunciarem quem mais vende os frescos produzidos em Portugal.

Por outro lado, e numa onda pós-moderna com origem mais recente, assistimos ao tom acusatório com que alguns se referem à atividade dos agricultores. A batalha contra o glifosato, a guerra aos eucaliptos, as cíclicas referências à utilização de mão-de-obra escrava, a acusação de desperdiçadores de água e o libelo contra os olivais modernos de regadio são disso apenas alguns exemplos. Num extremo desta onda, há ainda aqueles que acham (o “achismo” é hoje uma ciência) que os animais não deveriam ser explorados para produzir carne, leite ou ovos. E caçá-los, nunca, “vade retro satanás”. Ao pé de tudo isto, até os OGM’s passam por boas práticas!

Esta visão do lado lunar da sociedade baseia-se normalmente na ignorância, evitando os factos e a realidade que pode ser vista, medida e avaliada. Mas isso dá muito trabalho, e o “achismo” está muito mais à mão de semear, é fácil, barato e dá milhões.

Concluo dizendo que o setor agrícola tem uma dura batalha de comunicação pela frente. E o desafio é o de conseguir comunicar eficazmente aquilo que faz e o modo como o faz. Procurando acrescentar valor, gerindo o território e os recursos naturais, criando emprego, dinamizando zonas outrora esquecidas. E fazê-lo pela positiva, sem entrar na guerra de palavras para a qual alguns o querem arrastar.



Opinião

O ESTADO DA “NAÇÃO” AGRÍCOLA

Por: Fernando Carpinteiro Albino, agricultor e presidente do Clube Português dos Cereais de Qualidade

A situação atual do setor agrícola é bastante positiva por três ordens de razões:

1. A 1ª reside na circunstância de a sociedade em geral estar disponível para a necessidade da existência de um setor agrícola forte que consiga responder às suas carências alimentares, notando-se uma crescente procura de produtos com origem nacional, desde que os seus preços se mostrem compatíveis com os de origem na importação. Consequências desta realidade são bem visíveis na constante procura, quer por parte das principais empresas de distribuição de produtos agrícolas a operar em Portugal, quer no crescente aumento de interesse pelo lado da importação, sendo para este efeito indispensável o reforço das organizações da produção, única forma de se conseguir o abastecimento normal e regular de toda essa procura ao longo das 52 semanas de cada ano, para além de fortes empresas especializadas que começam a ter expressão em diversos setores da nossa agricultura. Por outro lado assistimos a um redobrado interesse dos media nacionais pela coisa agrícola como são, a título de exemplo, os

casos da revista Vida Rural, hoje em dia trabalhando on line nas principais redes sociais, ou como o reaparecimento de um programa na RTP 2, com periodicidade semanal, que está sendo apresentado em horário nobre, às 19 h de sábado, e que está atingindo níveis de audiência francamente bons, atendendo à sua muito boa realização.

2. A 2ª ordem de razões está ligada ao crescente aumento da capacidade técnica que muitos dos setores agrícolas têm vindo a demonstrar, com a introdução de novas tecnologias cada vez mais precisas que, para além de proporcionarem diminuições de custos, trazem sensíveis aumentos de produção, compensando-se assim os investimentos que os produtores têm vindo a fazer nesta área.
3. A 3ª tem a ver com o futuro da revisão em curso da PAC, sentindo-se por parte da produção agrícola confiança na representatividade das nossas principais organizações sócio profissionais a quem cabe, junto das principais entidades com poder de decisão, lutar pela melhor aplicação possível das novas regras que se avizinhm com a próxima revisão da Política Agrícola Comum da Europa.

Caminhos e perspetivas

Sempre acreditei no setor agrícola por ser fundamental não só e principalmente para a sobrevivência do ser humano, como também para o equilíbrio ambiental do planeta que todos temos de saber repartir e cuidar. E é por continuar a acreditar nesta realidade que continuo a apostar no mesmo e nele cada vez mais acreditar e praticar.

As alterações climáticas estão aí e tudo aponta para que permaneçam, sendo de todo em todo indispensável o uso cada vez mais eficiente da água por parte de todos, incluindo os agricultores. Temos de interiorizar que a existência de mais água em algumas regiões não nos pode permitir optar por culturas permanentes com elevados consumos de água por hectare, uma vez que existem outros tipos de culturas anuais, que com a mesma água permitem irrigar 4 ou 5 vezes mais hectares, para além do maior impacto que aquelas têm na preservação do ambiente.

Por outro lado torna-se cada vez mais imperiosa a forte ligação da investigação com a produção agrícola e todos os seus atores, no sentido de se testarem plantas mais resistentes à escassez da água e às altas temperaturas.

São desafios muito grandes que não podemos descurar e para os quais temos de ter verbas disponíveis a nível dos orçamentos do Estado para reforço da investigação agrícola, sem a qual pouco poderemos avançar nestas áreas.



Opinião

Redinamizar o cultivo do território rural de todas as formas possíveis

Por: Henk Feith, Diretor Produção Altri Florestal S.A.

Situação atual da Agricultura Portuguesa

Estamos a assistir a um processo acelerado de abandono da gestão ativa em grande parte do território, nomeadamente nas zonas de baixa aptidão para culturas agrícolas e florestais. Há alguns sinais positivos de novos investimentos no interior, em culturas como olival, cereja e frutos de casca rija.

O abandono da gestão ativa cria espaço para o desenvolvimento de vegetação espontânea arbustiva, que por sua vez torna o território extremamente vulnerável aos incêndios rurais. Este processo de renaturalização é frequentemente apontado como a desejada recuperação de uma vegetação autóctone com elevado valor para conservação da natureza e biodiversidade, mas infelizmente este processo é interrompido e anulado pelos grandes incêndios florestais.

Em resposta aos acontecimentos trágicos em 2017, o poder político definiu uma reforma florestal. Infelizmente, esta reforma assentou num diagnóstico errado das causas dos problemas. Errado porque culpabiliza uma única espécie, o eucalipto pelos incêndios, apesar das inúmeras vozes de especialistas e agentes conhecedores da realidade florestal que se levantaram contra esta conclusão. Assim, legislou-se no sentido de restringir ao máximo o investimento florestal no eucaliptal português. Resultado é que o já elevado desânimo da fileira florestal se agravou e acelerou ainda mais o processo de abandono das zonas rurais. Quem hoje percorre as áreas atingidas pelos incêndios dos últimos anos, assiste a um cenário desolador de ausência de intervenção humana, numa paisagem em que o processo de acumulação de combustível já retomou o seu percurso natural, preparando o território para novos grandes incêndios num prazo de 10 a 15 anos.

As prioridades futuras são:

- redinamizar o cultivo do território rural, de todas as formas possíveis. Devem ser apoiadas todas as iniciativas que invertam a tendência de abandono, seja qual for a cultura, agrícola ou florestal, proposta. As terras cultivadas são as barreiras naturais ao progresso dos incêndios;
- fomentar o pastoreio intensivo no espaço rural, nomeadamente no território serrano. Esta atividade deve ser remunerada com base no serviço de gestão da paisagem que presta;
- incluir os espaços rurais sem cultura intensiva em programas de fogo controlado, como forma de redução de combustível e renovação do pasto para o pastoreio com gado miúdo;
- fomentar o ordenamento do território para uma paisagem em mosaico;
- planear parcelas com funções de produção, proteção e conservação nos projetos de (re-)arborização, com base no princípio de multifuncionalidade. Ao cumprir com este princípio não deve haver restrições à escolha da espécie;
- reinventar a abordagem das Faixas de Gestão de Combustíveis nos Planos de Defesa da Floresta contra os Incêndios, seguindo as opiniões dos especialistas internacionais na matéria;
- separar organicamente o combate a incêndios florestais da missão da proteção civil, através da criação de uma corporação profissional de bombeiros florestais dedicados em exclusivo à prevenção e combate de incêndios florestais.

Visão da Sociedade sobre a Agricultura

Sendo a sociedade atual predominantemente urbana, tem inevitavelmente uma visão urbana da agricultura e do espaço rural. Esta visão é sobretudo sentimental e baseia-se num misto de nostalgia, romantismo, ambientalismo e ignorância da realidade rural. É uma visão de uma agricultura pré-industrial, artesanal, sem máquinas, adubos químicos, pesticidas e rega. É uma visão onde o agricultor não é considerado, nem sequer existe. É uma visão que ignora que Portugal é deficitário da maioria das necessidades agrícolas e florestais que tem. Modelos de culturas agrícolas e florestais intensivos, capazes de reduzir esta dependência externa, de criar emprego rural e valor para os investidores, chocam com a tal visão urbana romântica do mundo rural. Para a sociedade urbana, o mundo rural serve sobretudo para a natureza e os animais selvagens viverem em harmonia com alguns pastores e agricultores artesanais e onde há sobretudo muitos sítios AirBNB para passar uns fins-de-semana para recuperar do *stress* da vida urbana.

Como em tudo não se pode apenas viver entre o certo e o errado. Enquanto país, precisamos de ser capazes de criar e manter um território coeso do ponto de vista humano, sólido do ponto de vista ambiental e eficaz do ponto de vista económico. E isto apenas se poderá construir percebendo e enquadrando os diversos pontos de vista sem confrontação de 'fileiras cerradas'. Tem que haver lugar para sistemas claramente virados para a conservação ambiental e agricultura tradicional com práticas menos intensivas, mas respeito pela qualidade de vida dos atores locais, para a produção intensiva e responsável de bens e serviços que a sociedade consome e outros onde são feitos compromissos entre sistemas de produção, culturas e modelos de gestão onde as perdas de produtividade sejam compensadas pelos serviços ambientais (os apelidados serviços de ecossistemas) que também proporcionam.





Opinião

Reganhar controlo social sobre as terras abandonadas

Por: Henrique Pereira dos Santos, Arquiteto Paisagista

Situação atual do setor agrícola

A situação atual do mundo rural, mais que do setor agrícola, resulta de uma evolução dual do território que vem ocorrendo desde meados do século XX.

Por um lado há uma intensificação e progressiva sofisticação da produção nas terras mais produtivas, no sentido das que produzem mais valor, não necessariamente as que produzem mais alimentos ou fibras, e por outro há um abandono da gestão de largas partes do território com sérios problemas de competitividade.

Desta evolução dual resulta um setor agrícola progressivamente mais assente em capital e menos assente em trabalho, e progressivamente dependendo mais de mercados que do Estado – embora ainda excessivamente dependente, em muitos casos, das políticas agrícolas – numa matriz rural progressivamente despovoada.

Este despovoamento tem um efeito de ampliação do abandono, na medida em que a sociedade, e o Estado, diminuem a sua presença no território, mesmo em funções básicas do Estado como a segurança de pessoas e bens, do que resulta a perda de controlo social sobre o território, com o que isso acarreta de roubos, insegurança, fogos incontroláveis, etc., tornando o mundo rural menos favorável ao investimento.

Caminhos e perspectivas futuras

As perspectivas futuras que poderiam ser mais úteis, e que a prazo se refletiriam em melhores condições de vida e de investimento, prendem-se com a necessidade de reganhar controlo social sobre as terras hoje abandonadas, levando gestão para onde faz falta.

As opções neste sentido não são nem fáceis, nem baratas, sendo provavelmente de efeito limitado se não houver uma reorientação das políticas públicas no sentido de deixar aos mercados a tarefa de remunerar a gestão das terras produtivas, concentrando os recursos públicos no pagamento da gestão de serviços de ecossistema.

Os produtores agrícolas e florestais, bem como as indústrias e serviços relacionadas ou deles dependentes, teriam vantagem em assumir uma quota parte da responsabilidade no desenho e financiamento das atividades que possam garantir um mundo rural mais equilibrado, menos hostil e com menos risco de investimento nas atividades de ciclo longo que são afetadas pelo atual padrão de fogo.

Visão da Sociedade sobre a Agricultura

A maioria dos eleitores são hoje urbanos, sem grande ligação real ao mundo rural e muito suscetíveis à penetração de mitos, como o mundo idílico de uma floresta pristina que é ameaçado pela produção florestal comercial, ou uma suposta virtude de uma agricultura quimicofóbica, ou ainda a irmandade essencial entre a humanidade e cada animal.

Se o setor não souber repensar a sua relação com os consumidores e contribuintes, tendo em atenção a necessidade de responder às questões razoáveis que a produção coloca do ponto de vista da sustentabilidade, mas também a necessidade de tornar claro o papel da produção da gestão dos serviços de ecossistema, é muito provável que às dificuldades normais das atividades produtivas se venham a juntar as dificuldades artificiais criadas por regulamentações e mercados fundados em mitos e pensamento mágico.



Opinião

Ações simples para um futuro melhor ...

Por: António Gonçalves Ferreira, agricultor, produtor florestal e presidente da UNAC

O setor agrícola “sensu lato”, incluindo floresta e agro-floresta, encontra-se atualmente a viver realidades díspares em termos de desempenho e de reconhecimento pela sociedade.

Na agricultura, especialmente nas zonas onde esta está associada ao regadio, são inúmeros os casos de sucesso e inquestionável o contributo para o crescimento e para o desenvolvimento sócio-económico regional.

Já na floresta e na agro-floresta, os fogos de 2017 criaram um sentimento menos positivo, com consequências na predisposição para investir e na imagem com que o setor é reconhecido pela sociedade.

A agricultura continua a ser um dos motores da economia portuguesa, com elevado valor acrescentado nacional e um foco efetivo na exportação. Mas a sua boa imagem está cada vez menos presente na consciência da sociedade, com as más notícias e muitas “fake news” a colocarem o setor longe do reconhecimento atingido no passado próximo.

A sociedade de hoje, essencialmente urbana, dá por adquirida a soberania alimentar e, num quadro de instabilidade crescente, elege a presença ativista nas redes sociais como a forma de resolver a crise climática.

O garante de uma melhor produção alimentar e uma maior segurança climática passa por uma agricultura e floresta fortes e por ações concretas. Há duas que são as mais determinantes para um futuro diferente e são simples: mais água e mais árvores.

Mais água, ou melhor, mais capacidade de armazenamento de água, porque o regadio é o principal indutor de fixação de pessoas no território, pela criação de emprego e o potencial agro-industrial que

tornam a agricultura de regadio uma âncora perene de desenvolvimento.

Mais árvores, no lugar certo, porque os sistemas florestais e agro-florestais são a solução ambientalmente mais eficaz para a parte mais substancial do nosso território.

O mosaico de sistemas de produção florestais e agro-florestais, complementar e envolvente das áreas de produção agrícola de regadio, alia um território socialmente vivo a um modelo de produção ambientalmente positivo, com impacto crescente e duradouro na mitigação das alterações climáticas, protegendo o solo e sequestrando mais carbono.

Temos ao nosso alcance soluções simples com as quais podemos fazer a diferença, é preciso alocar-lhes os recursos necessários, mitigar alguns riscos relevantes, ser inovadores e assegurar o apoio da sociedade que determina a prioridade política.

O setor agrícola é o elemento essencial da segurança alimentar e chave para um território mais resiliente em termos ambientais, com mais pessoas e socialmente mais equitativo.

Conseguir levar esta mensagem de forma consistente e continuada a uma sociedade, mais urbana, mais distante, menos disponível para informação fundamentada e muito suscetível aos “soundbytes” fundamentalistas é hoje um desafio enorme.

A boa imagem que a agricultura e a floresta têm que ter junto da sociedade tem que ser cuidada, nutrida e lembrada. Os nossos bons exemplos e a mais-valia económica, social e ambiental que transversalmente asseguramos em todo o território de Portugal são as ferramentas para o fazermos.